

Indefinida a vinculação com o FMI

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Para o governo brasileiro e o comitê dos bancos credores chegarem ao protocolo completo do acordo de médio prazo falta definir, entre outras questões importantes, qual a vinculação que haverá entre este acordo e o que será negociado com o Fundo Monetário Internacional, até o meio do ano — se houver alguma vinculação.

A posição dos negociadores brasileiros continua a ser a de que não deve haver qualquer relação entre FMI e bancos. É o que resta das propostas originalmente levadas aos credores pelo ex-ministro Bresser Pereira, em setembro do ano passado. Os bancos, por outro lado, mantiveram em sua primeira proposta de acordo, apresentada há cerca de 20 dias, a exigência de que o FMI avalize as políticas adotadas pelo governo brasileiro.

O secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, destaca o fato de que, até este estágio da discussão, os credores não insistiram na vinculação ao FMI. Ele não garante que essa situação vá prevalecer até o fechamento do protocolo, previsto para março, mas acredita que "há espaço para trabalho" entre as duas posições. Em acordos convencionais o FMI costuma fixar metas trimestrais de desempenho para os países, e os bancos condicionam o desembolso das parcelas dos empréstimos ao cumprimento dessas metas. Mas o ministro Maison da Nóbrega disse ao voltar dos Estados Unidos que o acordo entre Brasil e FMI não deverá prever metas trimestrais.

Há outros pontos que precisam ser acertados, antes que seja fechado o protocolo entre o comitê dos bancos e o Brasil. Entre eles: o prazo de reescalonamento do principal da dívida — o governo brasileiro espera estender esse prazo para além de 1990; a forma de aplicação dos **spreads** de 0,8125% ao estoque da dívida — segundo Sérgio Amaral, os credores já aceitaram que a nova taxa de juros, resultante da mudança da taxa básica da **prime americana** para a **libor** e do **spread** acertado no sábado, seja aplicado a toda a dívida, e não apenas aos novos empréstimos. Falta definir se isso seria feito através de **carve-out** — de uma vez só para todos os contratos, o que poderia reduzir a dívida imediatamente em US\$ 500 a 600 milhões — ou do sistema de **serial pick-up**, através do qual a redução se faria a cada vencimento. Nesse caso, os ganhos seriam diluídos ao longo do período de vencimentos abrangido pelo acordo, mas não haveria a necessidade de refazer, de uma vez só, todos os contratos. Esse processo seria particularmente difícil para a dívida do setor privado, subdividida em milhares de contratos. O secretário lembra também que o **spread** de 0,8125% não vale para os US\$ 3 bilhões do acordo interino acertado em dezembro pelo ex-ministro Bresser Pereira.